

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DELEGADO DE POLÍCIA

1. DIREITO PENAL: 1.1 Princípios Fundamentais do Direito Penal. 1.1.1 Princípios da Legalidade, Anterioridade, Irretroatividade, Culpabilidade, Humanidade, Insignificância/Bagatela, Intervenção Mínima, Fragmentariedade e Subsidiariedade. 1.2 Aplicação da Lei Penal. 1.2.1 Lei Penal no Tempo. 1.2.2 Lei Penal no Espaço. 1.2.3 Contagem de prazos. 1.2.4 Analogia. 1.2.5 Interpretação da Lei Penal. 1.3 Teoria Geral do Crime. 1.3.1 Conceito de crime. 1.3.2 Fato Típico. 1.3.3 Dolo e Culpa. 1.3.4 Erro de Tipo. 1.3.5 Ilícitude. 1.3.6 Culpabilidade. 1.3.7 Erro de Proibição. 1.3.8 Coação Irresistível e Obediência Hierárquica. 1.4 Concurso de Pessoas. 1.4.1 Autoria e Participação. 1.4.2 Teorias. 1.4.3 Punibilidade do Partícipe. 1.5 Teoria da Pena. 1.5.1 Conceito, Finalidades e Espécies de Penas. 1.5.2 Penas Privativas de Liberdade. 1.5.3 Penas Restritivas de Direitos. 1.5.4 Pena de Multa. 1.5.5 Suspensão Condicional da Pena. 1.5.6 Livramento Condicional. 1.5.7 Efeitos da Condenação. 1.5.8 Reabilitação. 1.5.9 Medidas de Segurança. 1.6 Extinção da Punibilidade. 1.6.1 Causas de extinção. 1.6.2 Prescrição. 1.6.3 Decadência e Perempção. 1.7 Crimes Contra a Pessoa. 1.7.1 Homicídio. 1.7.2 Lesões Corporais. 1.7.3 Periclitamento da Vida e da Saúde. 1.7.4 Rixa. 1.7.5 Crimes contra a Honra. 1.7.6 Crimes contra a Liberdade Individual. 1.8 Crimes Contra o Patrimônio. 1.8.1 Furto. 1.8.2 Roubo e Extorsão. 1.8.3 Dano. 1.8.4 Apropriação Indébita. 1.8.5 Estelionato e Outras Fraudes. 1.8.6 Receptação. 1.9 Crimes Contra a Propriedade Imaterial. 1.9.1 Crimes contra a Propriedade Industrial. 1.9.2 Crimes contra a Propriedade Intelectual. 1.10 Crimes Contra a Dignidade Sexual. 1.10.1 Estupro e demais Crimes Sexuais. 1.10.2 Satisfação de Lascívia Mediante Presença de Criança ou Adolescente. 1.10.3 Registro Não Autorizado de Intimidade Sexual. 1.11 Crimes Relacionados à Família e Relações de Dependência. 1.11.1 Bigamia. 1.11.2 Falsa Identidade. 1.11.3 Abandono Material. 1.12 Crimes Contra a Incolumidade Pública. 1.12.1 Crimes de Perigo Comum. 1.12.2 Crimes contra a Segurança dos Meios de Comunicação e Transporte. 1.12.3 Crimes contra a Saúde Pública. 1.13 Crimes Contra a Paz Pública. 1.13.1 Associação Criminosa. 1.13.2 Constituição de Milícia Privada. 1.14 Crimes Contra a Fé Pública. 1.14.1 Moeda Falsa. 1.14.2 Falsidade de Documento Público e Particular. 1.14.3 Falsidade Ideológica. 1.14.4 Falsificação de Carteira de Trabalho e Previdência Social. 1.15 Crimes Contra a Administração Pública. 1.15.1 Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral. 1.15.2 Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral. 1.15.3 Crimes Contra a Administração da Justiça. 1.15.4 Crimes Contra as Finanças Públicas. 1.16 Crimes em Licitações e Contratos Administrativos (Capítulo II-B do Código Penal). 1.17 Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3.688/1941). 1.18 Crimes de Trânsito (Lei n.º 9.503/1997). 1.19 Crimes Eleitorais (Lei n.º 4.737/1965). 1.20 Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo (Lei n.º 8.137/1990). 1.21 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019). 1.22 Crimes de Tráfico de Drogas (Lei n.º 11.343/2006). 1.23 Crimes Resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor (Lei n.º 7.716/1989). 1.24 Organizações Criminosas (Lei n.º 12.850/2013). 1.25 Crimes contra o Meio Ambiente (Lei n.º 9.605/1998). 1.26 Estatuto da Criança e do Adolescente - Crimes (Lei n.º 8.069/1990). 1.27 Estatuto do Idoso - Crimes (Lei n.º 10.741/2003). 1.28 Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003). 1.29 Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/1997). 1.30 Violência

Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Lei n.º 11.340/2006). 1.31 Violência Doméstica e Familiar Contra Criança e Adolescente - Lei Henry Borel (Lei n.º 14.344/2022). 1.32 Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/1990). 1.33 Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei n.º 7.492/1986). 1.34 Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores (Lei n.º 9.613/1998). 1.35 Crimes Cibernéticos.

2. DIREITO PROCESSUAL PENAL: 2.1 Princípios Fundamentais do Processo Penal. 2.1.1 Princípios Constitucionais do Processo Penal. 2.2 Sistemas Processuais Penais. 2.2.1 Sistema Acusatório, Inquisitivo e Misto. 2.3 Inquérito Policial. 2.3.1 Conceito, Natureza Jurídica, Características e Finalidade. 2.3.2 *Notitia Criminis*. 2.3.3 Diligências Policiais. 2.3.4 Indiciamento. 2.3.5 Prazo para Conclusão. 2.3.6 Encerramento do Inquérito. 2.3.7 Arquivamento. 2.3.8 Vícios do Inquérito Policial. 2.3.9 Valor Probatório do Inquérito. 2.3.10 Atribuições do Delegado de Polícia no Inquérito Policial. 2.4 Ação Penal. 2.4.1 Conceito e Condições da Ação. 2.4.2 Classificação. 2.4.3 Princípios da Ação Penal. 2.4.4 Queixa-Crime. 2.5 Competência. 2.5.1 Conceito e Critérios de Fixação. 2.5.2 Conexão e Continência. 2.5.3 Prevenção. 2.5.4 Desaforamento. 2.6 Prova. 2.6.1 Conceito, Objeto, Meios e Princípios. 2.6.2 Ônus da Prova. 2.6.3 Meios de Prova. 2.6.4 Provas Ilícitas. 2.6.5 Cadeia de Custódia. 2.7 Medidas Cautelares Pessoais. 2.7.1 Prisão em Flagrante. 2.7.2 Prisão Preventiva. 2.7.3 Prisão Temporária. 2.7.4 Liberdade Provisória com ou sem Fiança. 2.7.5 Medidas Cautelares Diversas da Prisão. 2.8 Prisão e Liberdade Provisória (arts. 283 a 350 do Código de Processo Penal). 2.9 Citações e Intimações. 2.9.1 Conceito, Formas e Finalidades. 2.10 Sentença Penal. 2.10.1 Conceito, Classificação e Requisitos. 2.10.2 Nulidades da Sentença. 2.11 Recursos. 2.11.1 Conceito, Princípios e Espécies. 2.11.2 Recurso em Sentido Estrito. 2.11.3 Apelação. 2.11.4 *Habeas Corpus*. 2.11.5 Recurso Especial e Recurso Extraordinário. 2.11.6 Revisão Criminal. 2.12 Nulidades. 2.12.1 Conceito, Princípios e Classificação. 2.12.2 Vícios Insanáveis e Sanáveis. 2.12.3 Momento para Arguição. 2.13 Procedimentos Especiais do Código de Processo Penal. 2.13.1 Procedimento relativo aos Crimes de Responsabilidade dos Funcionários públicos. 2.13.2 Processo e julgamento dos crimes de Calúnia e Injúria. 2.13.3 Procedimento do Tribunal do Júri. 2.14 Lei de Prisão Temporária (Lei n.º 7.960/1989). 2.15 Lei do Depoimento Especial (Lei n.º 13.431/2017). 2.16 Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado de Polícia (Lei n.º 12.830/2013). 2.17 Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Lei n.º 9.807/1999). 2.18 Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/1995). 2.19 Colaboração Premiada (Lei n.º 12.850/2013). 2.20 Lei de Interceptação Telefônica (Lei n.º 9.296/1996). 2.21 Apuração de Atos Infracionais – ECA (Lei n.º 8.069/1990). 2.22 Investigação Criminal Digital. 2.22.1 Busca e Apreensão de Dispositivos Eletrônicos e Evidências Digitais. 2.22.2 Quebra de Sigilo Telemático e Cadeia de Custódia Digital. 2.22.3 Conhecimentos Técnicos aplicados à Investigação Criminal: Redes de Computadores, Protocolos de Internet, Ataques Cibernéticos, *Malware*, Criptografia, *Blockchain* e Criptomoedas.

3. LEGISLAÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE: 3.1 Lei de Execução Penal – LEP (Lei n.º 7.210/1984). 3.2 Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/1990). 3.3 Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo (Lei n.º 8.137/1990). 3.4 Lei de Interceptação Telefônica (Lei n.º 9.296/1996). 3.5 Lei de Tortura (Lei n.º 9.455/1997). 3.6 Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei n.º 9.613/1998). 3.7 Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei n.º 9.503/1997): crimes de trânsito e disposições penais e processuais penais aplicáveis. 3.8 Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003). 3.9 Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006). 3.10 Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006). 3.11 Lei de Migração (Lei n.º 13.445/2017): disposições penais e processuais penais aplicáveis. 3.12 Lei das Organizações Criminosas (Lei n.º

12.850/2013). 3.13 Lei Antiterrorismo (Lei n.º 13.260/2016). 3.14 Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019). 3.15 Pacote Anticrime (Lei n.º 13.964/2019). 3.16 Lei n.º 14.155/2021: crimes eletrônicos, fraudes eletrônicas e invasão de dispositivo informático. 3.17 Colaboração premiada, infiltração de agentes, ação controlada, cadeia de custódia, investigação criminal, meios especiais de obtenção de prova e cooperação interinstitucional previstos na legislação extravagante. 3.18 Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil (Lei n.º 15.358/2026). 3.19 Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n.º 8.906/1994 - aspectos penais e processuais penais).

4. DIREITO CONSTITUCIONAL: 4.1 Teoria da Constituição. 4.1.1 Conceito, objeto e classificações das Constituições. 4.1.2 Poder Constituinte: titularidade, espécies, características e limites. 4.1.3 Mutação constitucional e reforma constitucional. 4.1.4 Supremacia da Constituição e bloco de constitucionalidade. 4.1.5 Normas constitucionais: eficácia plena, contida e limitada. 4.2 Controle de Constitucionalidade. 4.2.1 Conceito e histórico. 4.2.2 Controle difuso e concentrado. 4.2.3 ADI, ADC, ADPF e ADO. 4.2.4 Recurso extraordinário. 4.2.5 Efeitos das decisões em controle de constitucionalidade. 4.3 Direitos e Garantias Fundamentais. 4.3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.3.2 Direitos sociais. 4.3.3 Nacionalidade. 4.3.4 Direitos políticos. 4.3.5 Partidos políticos. 4.4 Organização do Estado. 4.4.1 Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. 4.4.2 Repartição de competências. 4.4.3 Intervenção federal. 4.4.4 Administração Pública. 4.5 Organização dos Poderes. 4.5.1 Poder Legislativo. 4.5.2 Poder Executivo. 4.5.3 Poder Judiciário. 4.5.4 Funções essenciais à Justiça. 4.6 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 4.6.1 Estado de defesa. 4.6.2 Estado de sítio. 4.6.3 Forças Armadas. 4.7 Segurança Pública. 4.7.1 Segurança pública na Constituição Federal. 4.7.2 Órgãos de segurança pública. 4.7.3 Polícia judiciária e atribuições constitucionais da Polícia Civil. 4.7.4 Segurança pública na Constituição do Estado do Paraná. 4.7.5 Polícia Civil do Estado do Paraná: natureza, direção por Delegado de Polícia, funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto militares. 4.8 Ordem Social. 4.8.1 Base e objetivos da ordem social. 4.8.2 Seguridade social. 4.8.3 Educação, cultura e desporto. 4.8.4 Meio ambiente. 4.8.5 Família, criança, adolescente, jovem e idoso. 4.9 Constituição do Estado do Paraná. 4.9.1 Princípios fundamentais do Estado do Paraná. 4.9.2 Organização político-administrativa do Estado e dos Municípios. 4.9.3 Poderes do Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário. 4.9.4 Administração Pública estadual. 4.9.5 Segurança Pública estadual. 4.9.6 Polícia Civil do Estado do Paraná. 4.9.7 Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Penal e Polícia Científica no âmbito constitucional estadual.

5. DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA: 5.1 Conceito e fontes do Direito Administrativo. 5.1.1 Objeto do Direito Administrativo. 5.1.2 Fontes formais e materiais. 5.1.3 Regime jurídico-administrativo. 5.2 Princípios da Administração Pública. 5.2.1 Princípios expressos e implícitos. 5.2.2 Disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) aplicáveis ao Direito Administrativo. 5.3 Administração Pública. 5.3.1 Administração direta e indireta. 5.3.2 Desconcentração e descentralização. 5.3.3 Órgãos públicos. 5.3.4 Agentes públicos. 5.3.5 Cargos, empregos e funções públicas. 5.4 Atos administrativos. 5.4.1 Conceito e requisitos. 5.4.2 Atributos. 5.4.3 Classificação. 5.4.4 Espécies. 5.4.5 Revogação, anulação e convalidação. 5.5 Poderes da Administração Pública. 5.5.1 Poder hierárquico. 5.5.2 Poder disciplinar. 5.5.3 Poder regulamentar. 5.5.4 Poder de polícia. 5.5.5 Abuso de poder. 5.5.6 Lei n.º 13.869/2019. 5.6 Serviços públicos. 5.6.1 Conceito e princípios. 5.6.2 Formas de prestação. 5.7 Licitações e contratos administrativos. 5.7.1 Lei n.º 14.133/2021. 5.7.2 Contratos administrativos. 5.8 Responsabilidade

civil do Estado. 5.8.1 Teoria do risco administrativo. 5.8.2 Responsabilidade por atos de agentes públicos. 5.8.3 Causas excludentes e atenuantes. 5.9 Controle da Administração Pública. 5.9.1 Controle administrativo, legislativo e judicial. 5.9.2 Controle interno e externo. 5.9.3 Autotutela administrativa. 5.10 Improbidade Administrativa. 5.10.1 Lei n.º 8.429/1992 e alterações posteriores. 5.10.2 Atos de improbidade administrativa. 5.10.3 Sanções aplicáveis. 5.11 Gestão pública. 5.11.1 Governança pública. 5.11.2 Planejamento e gestão estratégica. 5.11.3 Eficiência administrativa. 5.11.4 Gestão por resultados. 5.11.5 Transparência, integridade e controle na Administração Pública. 5.11.6 Ética no serviço público. 5.11.7 Gestão pública aplicada à segurança pública e à atividade policial. 5.12 Organização administrativa da Polícia Civil do Estado do Paraná. 5.12.1 Estrutura institucional. 5.12.2 Carreiras policiais. 5.12.3 Regime jurídico e atribuições funcionais.

6. LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL: 6.1 Constituição do Estado do Paraná: disposições relativas à Administração Pública, servidores públicos, segurança pública e Polícia Civil. 6.2 Estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná: Lei Complementar Estadual n.º 259, de 21 de julho de 2023, e suas alterações posteriores. 6.3 Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis: Lei Federal n.º 14.735/2023. 6.4 Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Paraná: Lei Estadual n.º 23.213/2026. 6.5 Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná: Lei Estadual n.º 21.894/2024. 6.6 Regime jurídico dos servidores públicos do Estado do Paraná: Lei Estadual n.º 6.174/1970 e alterações posteriores; provimento; vacância; direitos; vantagens; deveres; proibições; responsabilidades; sindicância; processo administrativo disciplinar; responsabilidade civil, administrativa e penal do servidor público; ética no serviço público; sigilo funcional e proteção de informações institucionais. 6.7 Legislação aplicada à atividade institucional e policial: Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019); Lei de Identificação Criminal (Lei n.º 12.037/2009); Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n.º 13.709/2018); Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011).

7. DIREITOS HUMANOS: 7.1 Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, características, princípios e evolução histórica dos Direitos Humanos. 7.2 Sistemas de proteção dos Direitos Humanos: sistema global e sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos; tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Direitos Humanos. 7.3 Democracia, cidadania e Direitos Humanos. 7.4 Direitos Humanos e grupos vulneráveis: mulheres, idosos, crianças e adolescentes, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e refugiados. 7.5 Segurança pública e Direitos Humanos: dignidade da pessoa humana; uso proporcional da força; prevenção da tortura; direitos da pessoa presa; atuação policial e Direitos Humanos. 7.6 Política Nacional de Direitos Humanos, educação em Direitos Humanos e cultura de proteção dos Direitos Humanos. 7.7 Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

8. CIÊNCIAS FORENSES: 8.1 Medicina Legal. 8.1.1 Conceito e divisão da Medicina Legal. 8.1.2 Histórico e importância para o Direito. 8.1.3 Perícia médico-legal. 8.2 Antropologia Forense. 8.2.1 Identificação humana. 8.2.2 Papiloscopia, prosopografia, odontologia legal e identificação por DNA. 8.2.3 Reconhecimento facial automatizado. 8.2.4 Aplicação de inteligência artificial na identificação pericial. 8.3 Sexologia Forense. 8.3.1 Hímen, gravidez, parto, aborto e crimes sexuais. 8.4 Traumatologia Forense. 8.4.1 Lesões e suas classificações. 8.4.2 Lesões por instrumentos contundentes, cortantes, perfurantes, perfurocortantes e perfurocontundentes. 8.4.3 Asfisiologia forense. 8.4.4 Balística forense. 8.5 Tanatologia Forense. 8.5.1 Morte. 8.5.2 Fenômenos cadavéricos. 8.5.3 Data da morte. 8.5.4 Causas jurídicas da morte. 8.5.5 Necropsia. 8.6 Toxicologia

Forense. 8.6.1 Conceito e importância. 8.6.2 Intoxicações por álcool, entorpecentes e outras substâncias. 8.6.3 Exames toxicológicos. 8.7 Psicopatologia Forense. 8.7.1 Sanidade mental e imputabilidade penal. 8.7.2 Doenças mentais e transtornos de personalidade com repercussão penal. 8.7.3 Simulação e dissimulação. 8.7.4 Perícia psiquiátrica forense. 8.8 Criminologia e Vitimologia Forense. 8.8.1 Aspectos médico-legais da criminalidade e da vitimização. 8.9 Documentoscopia e Grafoscopia. 8.9.1 Conceitos fundamentais. 8.9.2 Análise de documentos. 8.9.3 Análise de escrita e assinaturas. 8.9.4 Falsificações. 8.10 Criminologia. 8.10.1 Conceito e objeto da Criminologia. 8.10.2 Método da Criminologia. 8.10.3 Criminologia Crítica e Criminologia Positivista. 8.11 Escolas Criminológicas. 8.11.1 Escola Clássica. 8.11.2 Escola Positiva. 8.11.3 Sociologia Criminal. 8.11.4 Teorias do Etiquetamento. 8.11.5 Criminologia Crítica e Abolicionismo Penal. 8.11.6 Teorias do Conflito. 8.11.7 Crimes em massa e criminologia contemporânea. 8.12 Vitimologia. 8.12.1 Conceito e classificação das vítimas. 8.12.2 Papel da vítima na gênese do delito. 8.12.3 Vitimização primária, secundária e terciária. 8.12.4 Políticas de assistência à vítima. 8.13 Controle Social do Crime. 8.13.1 Conceito de controle social. 8.13.2 Controle social formal e informal. 8.13.3 Agências de controle social. 8.13.4 Prevenção do delito. 8.14 Criminologia e Política Criminal. 8.14.1 Relação entre Criminologia, Direito Penal e Política Criminal. 8.14.2 Modelos de Política Criminal. 8.15 Criminologia e Atuação Policial. 8.15.1 Importância do conhecimento criminológico para a investigação criminal e gestão da segurança pública. 8.15.2 Perfil criminal. 8.15.3 Leitura e interpretação de indicadores de criminalidade e estatísticas criminais aplicadas à atuação policial. 8.16 Criminologia Digital. 8.16.1 Perfil do criminoso cibernético e análise de crimes digitais. 8.16.2 *Deep web*, *dark web* e ambientes digitais criminógenos. 8.16.3 Vitimização digital e prevenção de crimes cibernéticos.

AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA E PAPILOSCOPISTA POLICIAL

CONHECIMENTOS GERAIS

1. LÍNGUA PORTUGUESA: 1.1 Interpretação e compreensão de texto. 1.2 Organização estrutural dos textos. 1.3 Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade. 1.4 Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo. 1.5 Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo. 1.6 Textos literários e não literários. 1.7 Tipologia da frase portuguesa. 1.8 Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. 1.9 Problemas estruturais das frases. 1.10 Norma culta. 1.11 Pontuação e sinais gráficos. 1.12 Organização sintática das frases: termos e orações. 1.13 Ordem direta e inversa. 1.14 Tipos de discurso. 1.15 Registros de linguagem. 1.16 Funções da linguagem. 1.17 Elementos dos atos de comunicação. 1.18 Estrutura e formação de palavras. 1.19 Formas de abreviação. 1.20 Classes de palavras; aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; modalizadores. 1.21 Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. 1.22 Polissemia e ambiguidade. 1.23 Os dicionários: tipos e organização de verbetes. 1.24 Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos e latinismos. 1.25 Ortografia e acentuação gráfica. 1.26 A crase.

2. RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO: 2.1 Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados. 2.2 Conjuntos e suas operações; diagramas. 2.3 Números

inteiros, racionais e reais; operações; porcentagem; juros. 2.4 Proporcionalidade direta e inversa. 2.5 Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo. 2.6 Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de informações e avaliação de condições. 2.7 Compreensão e análise lógica de situações: raciocínio verbal, matemático e sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos. 2.8 Interpretação de dados apresentados em gráficos e tabelas. 2.9 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. 2.10 Problemas de contagem e noções de probabilidade. 2.11 Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área. 2.12 Plano cartesiano: sistema de coordenadas e distância. 2.13 Problemas de lógica e raciocínio.

3. REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ:

3.1 Aspectos históricos do Estado do Paraná: formação territorial; processos coloniais; movimentos sociais e desenvolvimento histórico. 3.2 Geografia física e humana: relevo; clima; hidrografia; vegetação; população; densidade demográfica; atividades econômicas. 3.3 Divisão político-administrativa: organização territorial; municípios; regiões de desenvolvimento. 3.4 Cultura paranaense: manifestações culturais; patrimônio material e imaterial; festas populares; artes; literatura; música; tradições. 3.5 Indicadores sociais e econômicos: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); segurança pública; saúde; educação; mobilidade; desenvolvimento regional. 3.6 Estrutura do governo estadual; políticas públicas; programas sociais; desafios contemporâneos. 3.7 Temas atuais do Estado do Paraná: segurança pública; economia; meio ambiente; inclusão social; sustentabilidade.

AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO, SEGURANÇA

CIBERNÉTICA E CRIMES DIGITAIS: 1.1. Fundamentos de informática: *hardware*, *software*, periféricos, dispositivos móveis, armazenamento de dados, *backup*, BIOS, UEFI, *drivers* e *firmware*. 1.2. Sistemas operacionais e aplicativos: Microsoft Windows 11(BR); Android; iOS; Microsoft 365 (BR); LibreOffice/BrOffice; Google Workspace; instalação, atualização, configuração e segurança de sistemas e aplicativos. 1.3. Internet, redes e tecnologias digitais: internet e intranet; navegadores; correio eletrônico; computação em nuvem; compartilhamento de arquivos; redes de computadores; IP; DNS; VPN; *firewall*; redes sociais; plataformas digitais; registros eletrônicos; *cookies*; cache; metadados; noções de lógica de programação, aplicações web, HTML, CSS, JavaScript, bancos de dados e APIs. 1.4. Segurança da informação e segurança cibernética: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e rastreabilidade das informações; controle de acesso; autenticação; *logs*; auditoria; criptografia; certificados digitais; *backup*; recuperação de dados; vulnerabilidades; *malware*; *ransomware*; *phishing*; engenharia social; segurança em redes, dispositivos e serviços em nuvem; políticas de segurança; proteção de dados pessoais; prevenção e resposta a incidentes de segurança. 1.5. Crimes cibernéticos, investigação digital e evidências eletrônicas: crimes digitais; fraudes eletrônicas; invasão de dispositivos; crimes em redes sociais e na internet; coleta, preservação, rastreabilidade e cadeia de custódia de evidências digitais; rastreamento e recuperação de informações; inteligência cibernética; fontes abertas (OSINT). 1.6. Legislação e ética digital: Marco Civil da Internet (Lei Federal n.º

12.965/2014); Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal n.º 13.709/2018); Lei dos Crimes Informáticos (Lei Federal n.º 12.737/2012); Lei Federal n.º 14.155/2021); sigilo funcional; uso ético e responsável da tecnologia e das informações institucionais.

2. CIÊNCIAS FORENSES: 2.1. Medicina Legal: conceito, divisões e importância; perícia médico-legal; antropologia forense; identificação humana; papiloscopia; odontologia legal; identificação por DNA; reconhecimento facial; inteligência artificial aplicada à identificação pericial; sexologia forense; traumatologia forense; lesões corporais; instrumentos lesivos; asfixiologia; balística forense; tanatologia; morte; fenômenos cadavéricos; necropsia; toxicologia forense; intoxicações e exames toxicológicos; psicopatologia forense; imputabilidade penal; perícia psiquiátrica. 2.2. Criminalística e Documentoscopia: criminalística; vestígios, indícios e evidências; local de crime; cadeia de custódia; preservação de local de crime; documentoscopia; grafoscopia; análise documental; análise de assinaturas; falsificações. 2.3. Criminologia e Vitimologia: conceito, objeto e métodos da criminologia; escolas criminológicas; criminologia crítica; teorias criminológicas; vitimologia; classificação das vítimas; vitimização; controle social; prevenção do delito; criminologia e política criminal; criminologia aplicada à atuação policial; perfil criminal; análise de indicadores de criminalidade. 2.4. Criminologia Digital e Investigação Tecnológica: crimes digitais; perfil do criminoso cibernético; *deep web*; *dark web*; ambientes digitais criminógenos; vitimização digital; rastreamento de informações; evidências eletrônicas; logs; metadados; redes sociais; preservação de evidências digitais; inteligência cibernética e fontes abertas (OSINT).

3. CONTABILIDADE GERAL: 3.1 Teoria e princípios básicos da contabilidade. 3.2 Patrimônio, contas e escrituração contábil. 3.3 Operações comerciais e bancárias; estoques; tributos sobre compras e vendas; folha de pagamento; provisões. 3.4 Demonstrações contábeis e análise das demonstrações contábeis. 3.5 Custos: conceitos e classificações. 3.6 Sistemas de informações contábeis (SIC). 3.7 Normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e legislação societária aplicável. 3.8 Noções de análise financeira, controle patrimonial e identificação de irregularidades contábeis, fraudes, inconsistências em registros financeiros e indícios de ocultação patrimonial.

4. ESTATÍSTICA: 4.1. Conceitos básicos de estatística e estatística descritiva. 4.2. Organização, interpretação e apresentação de dados; tabelas e gráficos. 4.3. Variáveis qualitativas e quantitativas; média, mediana, moda e medidas de dispersão. 4.4. Porcentagem, probabilidade básica e noções de amostragem. 4.5. Leitura e interpretação de indicadores estatísticos. 4.6. Identificação de padrões, inconsistências e anomalias em dados estatísticos. 4.7 Métodos de detecção de outliers. 4.8. Aplicação da estatística na análise de informações, indicadores de criminalidade e atividade policial.

5. LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL: 5.1 Constituição do Estado do Paraná: disposições relativas à Administração Pública, servidores públicos, segurança pública e Polícia Civil. 5.2 Estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná: Lei Complementar Estadual n.º 259, de 21 de julho de 2023, e suas alterações posteriores. 5.3 Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis: Lei Federal n.º 14.735/2023. 5.4 Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Paraná: Lei Estadual n.º 23.213/2026. 5.5 Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná: Lei Estadual n.º 21.894/2024. 5.6 Regime jurídico dos servidores públicos do Estado do Paraná: Lei Estadual n.º 6.174/1970 e alterações posteriores; provimento; vacância; direitos; vantagens; deveres; proibições; responsabilidades; sindicância; processo administrativo disciplinar;

responsabilidade civil, administrativa e penal do servidor público; ética no serviço público; sigilo funcional e proteção de informações institucionais. 5.7 Legislação aplicada à atividade institucional e policial: Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019); Lei de Identificação Criminal (Lei n.º 12.037/2009); Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n.º 13.709/2018); Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011).

6. DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE: 6.1 Direito Penal: princípios básicos; aplicação da lei penal; lei penal no tempo e no espaço; tempo e lugar do crime; territorialidade e extraterritorialidade; teoria do crime; fato típico; crime consumado e tentado; desistência voluntária; arrependimento eficaz; crime impossível; dolo e culpa; erro; ilicitude; causas de exclusão; culpabilidade; concurso de pessoas; concurso de crimes; penas; aplicação da pena; extinção da punibilidade; crimes contra a pessoa; crimes contra o patrimônio; crimes contra a dignidade sexual; crimes contra a fé pública; crimes contra a administração pública. 6.2 Direito Processual Penal aplicado: inquérito policial; *notitia criminis*; *delatio criminis*; indiciamento; garantias do investigado; provas; cadeia de custódia; preservação de local de crime; reconhecimento de pessoas e coisas; busca e apreensão; prisão em flagrante; prisão preventiva; liberdade provisória; medidas cautelares diversas da prisão. 6.3 Legislação Penal e Processual Penal Extravagante: Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/1984); Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/1990); Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo (Lei n.º 8.137/1990); Lei de Interceptação Telefônica (Lei n.º 9.296/1996); Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei n.º 9.503/1997); Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003); Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006); Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006); Lei das Organizações Criminosas (Lei n.º 12.850/2013); Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019); Pacote Anticrime (Lei n.º 13.964/2019); Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n.º 8.906/1994 - aspectos penais).

7. DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE:

7.1 Direito Processual Penal: princípios do processo penal; aplicação da lei processual penal; sistemas processuais; persecução penal; inquérito policial; notícia do crime; ação penal; jurisdição e competência; sujeitos processuais; provas; cadeia de custódia; preservação de local de crime; busca e apreensão; reconhecimento de pessoas e coisas; interceptação telefônica; sigilo de dados; prisão em flagrante; prisão preventiva; prisão temporária; liberdade provisória; medidas cautelares diversas da prisão; procedimentos investigativos; direitos e garantias do investigado; juiz das garantias; acordo de não persecução penal. 7.2 Legislação Processual Penal Extravagante: Lei de Interceptação Telefônica (Lei n.º 9.296/1996); Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei n.º 9.613/1998); Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003); Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006); Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006); Lei das Organizações Criminosas (Lei n.º 12.850/2013); Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019); Pacote Anticrime (Lei n.º 13.964/2019); disposições processuais penais da Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/1990). Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil (Lei n.º 15.358/2026); Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n.º 8.906/1994 - aspectos processuais penais).

8. DIREITO CONSTITUCIONAL: 8.1 Princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 8.2 Direitos e garantias fundamentais: direitos individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos; garantias constitucionais; devido processo legal; inviolabilidade de domicílio; sigilo de dados e comunicações; prisão e liberdade. 8.3 Remédios

constitucionais: *habeas corpus*; *habeas data*; mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular. 8.4 Organização do Estado: União; Estados; Municípios; Distrito Federal; competências constitucionais. 8.5 Poderes da União: Poder Executivo; Poder Legislativo; Poder Judiciário; funções, competências e limites constitucionais. 8.6 Segurança pública na Constituição Federal: disposições do art. 144 da Constituição Federal; organização, competências e atribuições das polícias; Polícia Civil; polícia judiciária e investigação criminal. 8.7 Controle de constitucionalidade: ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade. 8.8 Constituição do Estado do Paraná: disposições relativas à Administração Pública; servidores públicos; segurança pública; Polícia Civil do Estado do Paraná.

9. DIREITO ADMINISTRATIVO: 9.1 Conceito, fontes e princípios do Direito Administrativo; princípios da Administração Pública; disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) aplicáveis ao Direito Administrativo. 9.2 Administração Pública: administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.3 Atos administrativos: requisitos, atributos, classificação, espécies, revogação, invalidação e convalidação. 9.4 Poderes administrativos: poder hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; abuso de poder; Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019). 9.5 Serviços públicos: conceito, características e formas de prestação. 9.6 Licitações e contratos administrativos: Lei n.º 14.133/2021 e disposições aplicáveis. 9.7 Agentes públicos: cargos, empregos e funções públicas; investidura; direitos; deveres; responsabilidades; processo administrativo disciplinar. 9.8 Responsabilidade civil do Estado: teoria do risco administrativo; responsabilidade por atos de agentes públicos; causas excludentes. 9.9 Improbidade administrativa: Lei n.º 8.429/1992 e alterações posteriores; atos de improbidade; penalidades e disposições aplicáveis. 9.10 Controle da Administração Pública: controle administrativo, judicial e legislativo; autotutela administrativa.

10. DIREITOS HUMANOS: 10.1 Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, características, princípios e evolução histórica dos Direitos Humanos. 10.2 Sistemas de proteção dos Direitos Humanos: sistema global e sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos; tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Direitos Humanos. 10.3 Democracia, cidadania e Direitos Humanos. 10.4 Direitos Humanos e grupos vulneráveis: mulheres, idosos, crianças e adolescentes, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e refugiados. 10.5 Segurança pública e Direitos Humanos: dignidade da pessoa humana; uso proporcional da força; prevenção da tortura; direitos da pessoa presa; atuação policial e Direitos Humanos. 10.6 Política Nacional de Direitos Humanos, educação em Direitos Humanos e cultura de proteção dos Direitos Humanos. 10.7 Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

PAPILOSCOPISTA POLICIAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E CRIMES DIGITAIS: 1.1. Fundamentos de informática: *hardware*, *software*, periféricos, dispositivos móveis, armazenamento de dados, *backup*, BIOS, UEFI, *drivers* e *firmware*. 1.2. Sistemas operacionais e aplicativos: Microsoft Windows 11(BR); Android; iOS; Microsoft 365 (BR); LibreOffice/BrOffice; Google Workspace; instalação, atualização, configuração e segurança

de sistemas e aplicativos. 1.3. Internet, redes e tecnologias digitais: internet e intranet; navegadores; correio eletrônico; computação em nuvem; compartilhamento de arquivos; redes de computadores; IP; DNS; VPN; *firewall*; redes sociais; plataformas digitais; registros eletrônicos; *cookies*; cache; metadados; noções de lógica de programação, aplicações web, HTML, CSS, JavaScript, bancos de dados e APIs. 1.4. Segurança da informação e segurança cibernética: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e rastreabilidade das informações; controle de acesso; autenticação; *logs*; auditoria; criptografia; certificados digitais; *backup*; recuperação de dados; vulnerabilidades; *malware*; *ransomware*; *phishing*; engenharia social; segurança em redes, dispositivos e serviços em nuvem; políticas de segurança; proteção de dados pessoais; prevenção e resposta a incidentes de segurança. 1.5. Crimes cibernéticos, investigação digital e evidências eletrônicas: crimes digitais; fraudes eletrônicas; invasão de dispositivos; crimes em redes sociais e na internet; coleta, preservação, rastreabilidade e cadeia de custódia de evidências digitais; rastreamento e recuperação de informações; inteligência cibernética; fontes abertas (OSINT). 1.6. Legislação e ética digital: Marco Civil da Internet (Lei Federal n.º 12.965/2014); Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal n.º 13.709/2018); Lei dos Crimes Informáticos (Lei Federal n.º 12.737/2012); Lei Federal n.º 14.155/2021); sigilo funcional; uso ético e responsável da tecnologia e das informações institucionais.

2. CIÊNCIAS FORENSES: 2.1. Medicina Legal: conceito, divisões e importância; perícia médico-legal; antropologia forense; identificação humana; papiloscopia; odontologia legal; identificação por DNA; reconhecimento facial; inteligência artificial aplicada à identificação pericial; sexologia forense; traumatologia forense; lesões corporais; instrumentos lesivos; asfixiologia; balística forense; tanatologia; morte; fenômenos cadavéricos; necropsia; toxicologia forense; intoxicações e exames toxicológicos; psicopatologia forense; imputabilidade penal; perícia psiquiátrica. 2.2. Criminalística e Documentoscopia: criminalística; vestígios, indícios e evidências; local de crime; cadeia de custódia; preservação de local de crime; documentoscopia; grafoscopia; análise documental; análise de assinaturas; falsificações. 2.3. Criminologia e Vitimologia: conceito, objeto e métodos da criminologia; escolas criminológicas; criminologia crítica; teorias criminológicas; vitimologia; classificação das vítimas; vitimização; controle social; prevenção do delito; criminologia e política criminal; criminologia aplicada à atuação policial; perfil criminal; análise de indicadores de criminalidade. 2.4. Criminologia Digital e Investigação Tecnológica: crimes digitais; perfil do criminoso cibernético; *deep web*; *dark web*; ambientes digitais criminógenos; vitimização digital; rastreamento de informações; evidências eletrônicas; logs; metadados; redes sociais; preservação de evidências digitais; inteligência cibernética e fontes abertas (OSINT).

3. BIOLOGIA: 3.1 Citologia: composição química da célula; estrutura e função celular; membrana plasmática; organelas citoplasmáticas; núcleo celular; divisão celular. 3.2 Genética: DNA; RNA; genes; cromossomos; hereditariedade; leis de Mendel; probabilidade genética; herança ligada ao sexo; determinação genética do sexo; grupos sanguíneos. 3.3 Embriologia humana: gametogênese; fecundação; desenvolvimento embrionário; formação das cristas papilares. 3.4 Biologia aplicada à identificação humana: bases biológicas das impressões digitais; biometria; identificação humana por características biológicas.

4. FÍSICA: 4.1 Óptica: natureza da luz; reflexão; refração; espelhos; lentes; formação de imagens; luz ultravioleta; fluorescência. 4.2 Ondas e eletromagnetismo: conceitos fundamentais; ondas eletromagnéticas; espectro eletromagnético; aplicações tecnológicas. 4.3 Eletricidade: carga elétrica; corrente elétrica; diferença de potencial; resistência elétrica; circuitos elétricos simples. 4.4

Física aplicada: fundamentos físicos da captura de imagens; fotografia digital; sistemas biométricos; equipamentos ópticos e eletrônicos aplicados à identificação humana.

5. QUÍMICA: 5.1 Estrutura da matéria: modelos atômicos; estrutura do átomo; elementos químicos; classificação periódica; ligações químicas. 5.2 Misturas e soluções: misturas; métodos de separação; soluções; concentração; solubilidade. 5.3 Reações químicas: reações químicas; balanceamento; velocidade das reações; equilíbrio químico. 5.4 Funções químicas e química orgânica: ácidos; bases; sais; óxidos; compostos orgânicos; funções orgânicas; propriedades físicas e químicas dos compostos orgânicos. 5.5 Química aplicada: interações químicas aplicadas à identificação humana; reagentes químicos aplicados à revelação de impressões digitais; fundamentos químicos da fluorescência.

6. LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL: 6.1 Constituição do Estado do Paraná: disposições relativas à Administração Pública, servidores públicos, segurança pública e Polícia Civil. 6.2 Estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná: Lei Complementar Estadual n.º 259, de 21 de julho de 2023, e suas alterações posteriores. 6.3 Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis: Lei Federal n.º 14.735/2023. 6.4 Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Paraná: Lei Estadual n.º 23.213/2026. 6.5 Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná: Lei Estadual n.º 21.894/2024. 6.6 Regime jurídico dos servidores públicos do Estado do Paraná: Lei Estadual n.º 6.174/1970 e alterações posteriores; provimento; vacância; direitos; vantagens; deveres; proibições; responsabilidades; sindicância; processo administrativo disciplinar; responsabilidade civil, administrativa e penal do servidor público; ética no serviço público; sigilo funcional e proteção de informações institucionais. 6.7 Legislação aplicada à atividade institucional e policial: Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019); Lei de Identificação Criminal (Lei n.º 12.037/2009); Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n.º 13.709/2018); Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011).

7. DIREITO PENAL APLICADO: 7.1 Princípios básicos do Direito Penal; aplicação da lei penal; teoria do crime; dolo; culpa; consumação e tentativa; concurso de pessoas; penas e extinção da punibilidade. 7.2 Crimes contra a pessoa; crimes contra o patrimônio; crimes contra a dignidade sexual; crimes contra a fé pública; crimes contra a administração pública. 7.3 Legislação penal extravagante aplicada: Lei Maria da Penha; Lei de Drogas; Estatuto do Desarmamento; Lei das Organizações Criminosas; Lei de Abuso de Autoridade. 7.4 Direito Penal aplicado à atividade policial: prisão em flagrante; excludentes de ilicitude; uso legítimo da força; cadeia de custódia; garantias fundamentais do investigado. Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n.º 8.906/1994 - aspectos penais).

8. DIREITO PROCESSUAL PENAL APLICADO: 8.1 Princípios do Direito Processual Penal; aplicação da lei processual penal; inquérito policial; notícia do crime; ação penal; direitos e garantias do investigado. 8.2 Provas; cadeia de custódia; preservação de local de crime; busca e apreensão; reconhecimento de pessoas e coisas. 8.3 Prisão em flagrante; prisão preventiva; liberdade provisória; medidas cautelares diversas da prisão. 8.4 Legislação processual penal extravagante aplicada: Lei Maria da Penha; Lei de Drogas; Lei das Organizações Criminosas; Lei de Interceptação Telefônica; Lei de Abuso de Autoridade. Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n.º 8.906/1994 - aspecto processual penal).

9. DIREITO CONSTITUCIONAL: 8.1 Princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 8.2 Direitos e garantias fundamentais: direitos individuais e coletivos;

direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos; garantias constitucionais; devido processo legal; inviolabilidade de domicílio; sigilo de dados e comunicações; prisão e liberdade. 8.3 Remédios constitucionais: *habeas corpus*; *habeas data*; mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular. 8.4 Organização do Estado: União; Estados; Municípios; Distrito Federal; competências constitucionais. 8.5 Poderes da União: Poder Executivo; Poder Legislativo; Poder Judiciário; funções, competências e limites constitucionais. 8.6 Segurança pública na Constituição Federal: disposições do art. 144 da Constituição Federal; organização, competências e atribuições das polícias; Polícia Civil; polícia judiciária e investigação criminal. 8.7 Controle de constitucionalidade: ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade. 8.8 Constituição do Estado do Paraná: disposições relativas à Administração Pública; servidores públicos; segurança pública; Polícia Civil do Estado do Paraná.

10. DIREITO ADMINISTRATIVO: 9.1 Conceito, fontes e princípios do Direito Administrativo; princípios da Administração Pública; disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) aplicáveis ao Direito Administrativo. 9.2 Administração Pública: administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.3 Atos administrativos: requisitos, atributos, classificação, espécies, revogação, invalidação e convalidação. 9.4 Poderes administrativos: poder hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; abuso de poder; Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019). 9.5 Serviços públicos: conceito, características e formas de prestação. 9.6 Licitações e contratos administrativos: Lei n.º 14.133/2021 e disposições aplicáveis. 9.7 Agentes públicos: cargos, empregos e funções públicas; investidura; direitos; deveres; responsabilidades; processo administrativo disciplinar. 9.8 Responsabilidade civil do Estado: teoria do risco administrativo; responsabilidade por atos de agentes públicos; causas excludentes. 9.9 Improbidade administrativa: Lei n.º 8.429/1992 e alterações posteriores; atos de improbidade; penalidades e disposições aplicáveis. 9.10 Controle da Administração Pública: controle administrativo, judicial e legislativo; autotutela administrativa.

11. DIREITOS HUMANOS: 10.1 Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, características, princípios e evolução histórica dos Direitos Humanos. 10.2 Sistemas de proteção dos Direitos Humanos: sistema global e sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos; tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Direitos Humanos. 10.3 Democracia, cidadania e Direitos Humanos. 10.4 Direitos Humanos e grupos vulneráveis: mulheres, idosos, crianças e adolescentes, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e refugiados. 10.5 Segurança pública e Direitos Humanos: dignidade da pessoa humana; uso proporcional da força; prevenção da tortura; direitos da pessoa presa; atuação policial e Direitos Humanos. 10.6 Política Nacional de Direitos Humanos, educação em Direitos Humanos e cultura de proteção dos Direitos Humanos. 10.7 Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).